

## **O CÍRCULO VICIOSO DA ECONOMIA EM 1981**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S. Paulo*, 29.12.1981

A economia brasileira encontra-se presa a um círculo vicioso que a recessão de 1981 ao invés de quebrar provavelmente só agravou. Neste ano tivemos a maior recessão da história industrial deste país. Seria de se esperar que, para compensar a queda na produção e os altos níveis de desemprego, tivéssemos o clássico processo de purgamento da economia, de forma que esta pudesse novamente voltar a crescer e orientar-se para o pleno emprego. Nada indica, entretanto, que isto tenha acontecido. A taxa de inflação sem dúvida declinou e houve uma ligeira queda nas importações permitindo um saldo na balança comercial. Mas esses dois resultados positivos não foram suficientes para quebrar o círculo vicioso básico da economia brasileira.

Este círculo vicioso tem como uma de suas origens o déficit do orçamento global (fiscal e monetário) do Estado. Esse déficit é financiado de um lado por emissões que mantêm elevada a taxa de inflação e de outro pelo aumento da dívida pública, que mantêm elevadas as taxas de juros. Estas elevadíssimas taxas, por sua vez, implicam em transferência do excedente para o capital bancário e para os rentistas, tornando inviável a retomada dos investimentos produtivos. A economia tende assim a manter-se em “recessão crônica”, definido este fenômeno por baixas taxas de crescimento, baixas taxas de lucros no setor produtivo (altas no especulativo), e pela manutenção do desemprego em níveis altos, mas estabilizados. Para contrabalançar parcialmente essa situação o Estado é levado a procurar sustentar compensatoriamente a taxa de lucro de alguns setores através de subsídios, realimentando o déficit orçamentário. O círculo se fecha.

A outra origem do círculo vicioso é o endividamento externo, que, na ausência de controles quantitativos e seletivos de importação efetivos e de uma política industrial de exportação compatível com nossos recursos, impõe a redução a longo prazo na taxa de crescimento e também a manutenção do desemprego.

Se tivéssemos em 1979 e 1980 sabido assegurar mais autonomia à nossa política econômica, não teríamos sido obrigados em 1981 a realizar uma política econômica ortodoxa ditada pelos banqueiros internacionais que afinal retardou nosso crescimento, acumulou desemprego e não resolveu esse círculo vicioso básico. Não cabe, entretanto aqui discutir a política econômica administrativa alternativa que poderia ter sido realizada em lugar da recessão generalizada, se o Governo tivesse conseguido manter maior autonomia externa e maior legitimidade interna.

Cabe, entretanto assinalar, especialmente agora que o Governo, através da aprovação do orçamento monetário para 1982, revela a clara disposição de afinal afrouxar os controles monetários da economia, que essa política recessiva praticada até aqui foi mal conduzida porque provocou a recessão sem sequer encaminhar o problema do desequilíbrio orçamentário global do Estado.

Isto acontece porque o Governo, uma vez tendo optado pela recessão, escolheu o caminho politicamente mais fácil: a recessão monetária ao invés da recessão fiscal. Conforme observou apropriadamente Mário Henrique Simonsen, a grande diferença entre a recessão de 1965 e a de 1981 está no fato de que a primeira foi causada por medidas de ordem fiscal (aumento de carga tributaria e diminuição de despesas do Estado) enquanto que a segunda foi provocada por uma violenta e indiscriminada contenção monetária.

Em consequência a recessão de 1965, orientada pelo Min. Octávio Gouveia de Bulhões, quebrou o círculo vicioso originado no déficit fiscal, enquanto que a recessão de 1981 manteve esse déficit praticamente intocado. Ficamos agora apenas com o prejuízo da recessão, sem seus benefícios. Por isso a anunciada retomada da economia de 1982 será necessariamente modesta, não resolvendo o problema do desemprego. Continuaremos presos ao círculo vicioso que a política econômica atual perpetua. (29/12)